



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

GISELDA CAETANO DOS SANTOS

**INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SALAS DE AULA
REGULARES EM ALAGOA GRANDE – PB: O CASO DA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INSTITUTO
DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO.**

**GUARABIRA-PB
2016**

GISELDA CAETANO DOS SANTOS

**INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SALAS DE AULA
REGULARES EM ALAGOA GRANDE – PB: O CASO DA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INSTITUTO
DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO.**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito necessário à obtenção do título de Licenciado em Geografia. Sob orientação da Professora Msc. Noemi Paes Freire.

**GUARABIRA-PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237i Santos, Giselda Caetano dos
Inserção da educação inclusiva nas salas de aula regulares em Alagoa Grande – PB: [manuscrito] : o caso da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro. / Giselda Caetano dos Santos. - 2016.
32 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Profa. Ms. Noemi Paes Freire, Departamento de Geografia".

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Salas regulares. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

**INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SALAS DE AULA
REGULARES EM ALAGOA GRANDE – PB: O CASO DA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INSTITUTO
DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO.**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito necessário à obtenção do Título de Licenciado em Geografia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em: 31/05/2016

Noemi Paes Freire

**Profa. Msc. Noemi Paes Freire
(Orientadora)**

Michele Kely M. Santos

**Profa. Esp. Michele Kely Moraes Santos
(Professora Interna)**

Elton Oliveira da Silva

**Professor Msc. Elton Oliveira da Silva
(Professor externo)**

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus, que sempre me deu força e coragem nesta longa caminhada; a toda família (pais e irmãos), que sempre estiveram junto comigo; a todos os amigos; a todos os professores; enfim, a todos que de uma forma ou de outra me ajudaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que sempre esteve ao meu lado compartilhando grandes momentos da minha vida.

Agradeço a todos os familiares, especialmente aos meus pais (Manoel e Fátima), que sempre estiveram lado a lado comigo, contribuindo para que se realizasse mais essa conquista.

Aos meus irmãos, José Roberto, Ana Suana, Giseldo e Alexandra que foram grandes incentivadores nesta jornada.

Em especial, a minha irmã Alexandra, que sempre esteve ao meu lado dividido todos os momentos comigo me apoiando sempre que precisava.

Agradeço a todos os professores, em especial, a orientadora Noemi que me auxiliou ajudando-me a concluir este trabalho.

Agradeço a todos os amigos, especialmente a Danielly, Elly, Severino e Alexandra que dividiram grandes momentos comigo durante a longa caminhada do curso.

Portanto, agradeço a todos que junto comigo me ajudaram a realizar este grande desafio em minha vida.

A TODOS MINHA ETERNA GRATIDÃO E MUITA OBRIGADA.

“Na escola dos meus sonhos cada criança é uma joia única no teatro da existência, mais importante que todo dinheiro do mundo.”

(Augusto Cury)

RESUMO

Diante do tema “Inserção da Educação Inclusiva nas salas de aula regulares em Alagoa Grande – PB: o caso da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro”, esse artigo teve como objetivo analisar como a inclusão esta sendo trabalhada no município de Alagoa Grande, PB. Portanto, neste trabalho faremos um breve estudo sobre: o conceito de Educação Inclusiva, A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394\96, que visa garantir uma educação de qualidade a todos os alunos, inclusive aos portadores de necessidades especiais no sistema regular de ensino, e as Políticas Públicas relacionadas ao tema. As escolas precisam de uma adaptação e conscientização em suas práticas educacionais para promover verdadeiramente uma educação inclusiva, que acolha todos os alunos, independentes das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou quaisquer outras que apresentarem, todavia, o grande desafio da educação Inclusiva é garantir a aprendizagem a todos os alunos, nesse sentido, é preciso fortalecer as formações pedagógicas dos professores. Os movimentos sociais se intensificam e a escola precisa se modificar para incluir a todos. Orientados pelas organizações internacionais (Banco Mundial, FMI), os governos que participam da Conferencia de JAMTIEM (1990), na Tailândia, se comprometeram com a universalização do ensino. Decorrente desta Conferência, foi realizada a Conferência de Salamanca, que deu origem a Declaração de Salamanca, (1993). A partir daí a inclusão dos portadores de necessidades especiais tornou-se Lei, através da Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001. O trabalho foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico e trabalhos de campo, com aplicação de questionários e conversas informais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, inclusão, salas regulares.

¹ Aluna de Graduação em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: giselda242008@hotmail.com

ABSTRACT

On the theme "Integration of Inclusive Education in regular classrooms in Alagoa Grande - PB: the case of the Municipal School of Child and Elementary School Institute Judge Severino Montenegro", this article aims to analyze how the inclusion is being worked in the City of Alagoa Grande, PB. Therefore, this work will make a brief study of: the concept of Inclusive Education, The LDB - Law of Guidelines and Bases of National Education 9394\96, aimed at ensuring quality education to all students, including those with special needs in regular system of education, and Public Policy related to the topic. Schools need to be adapted and awareness in their educational practices to truly promote inclusive education that accept all students, independent of the physical, intellectual, social, emotional, linguistic or any others present conditions, however, the great challenge of education inclusive is to ensure learning for all students, in this sense, it is necessary to fortify the pedagogical training of teachers. Social movements are intensified and the school needs to change to include everyone. Guided by international organizations (World Bank, IMF), governments participating in the Conference of JAMTIEM (1990), in Thailand, committed to the universalization of education. Resulting from this conference, the Salamanca Conference was held, which gave rise to the Salamanca Statement (1993). From there the inclusion of people with special needs became law, through Resolution N° 2 of September 11, 2001. The work was carried out from a bibliographic research and fieldwork with questionnaires and informal conversations.

KEY-WORDS: Education, inclusion, regular rooms.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
1.1	O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?	12
1.2	A LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO 9394\96.....	14
1.3	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	16
1.4	ALGUNS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
2	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INSTITUTO DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO EM ALAGOA GRANDE-PB	17
3	EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SALAS REGULARES NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INSTITUTO DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO EM ALAGOA GRANDE/PB	19
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	24
	ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES ...	26
	ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR E SUPERVISORES	29

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido sobre o tema Inserção da Educação Inclusiva nas salas de aula regulares em Alagoa Grande – PB: o caso da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro. O interesse em pesquisar sobre este assunto surgiu ao longo dos estágios, pois, durante as observações e as regências, percebi que as escolas não estão preparadas para trabalhar com a educação inclusiva. Notei também um despreparo das escolas tanto na parte estrutural como na formação pedagógica dos professores.

A partir daí nasceu a necessidade de estudar e pesquisar sobre o assunto, com o objetivo de analisar como a inclusão está sendo trabalhada no município de Alagoa Grande-PB.

Metodologicamente, para a realização desta pesquisa, inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico, com reflexões e leitura de alguns teóricos e legislações que tratavam da Educação Inclusiva, em seguida foram realizados trabalhos de campo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro no município de Alagoa Grande, PB, na qual observamos a área de estudo e fizemos um estudo de caso sobre a temática, a partir de entrevista com professores, funcionários da escola e pais de alunos com necessidades especiais.

Por muito tempo os alunos com necessidades educacionais especiais, por falta de conhecimento da sociedade, eram visto como incapazes de aprender e por isso recebiam uma educação baseada na pena e caridade, longe de serem considerados como pessoas e como cidadãos, fazendo com que existissem escolas especializadas para estas demandas.

No início dos anos 1980, com o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, essas pessoas passaram gradativamente a serem vistas como seres capazes de aprender e a terem uma vida independentemente, mesmo assim, as práticas educativas, em sua maioria, continuaram a colocar esse aluno fora da escola regular ou separando-os em classes especiais. Já a década de 1990 foi marcada pelas lutas e conquistas através de documentos como a Declaração Mundial de Educação Para Todos e a Declaração de Salamanca, que garantem o compromisso de incluir todas as pessoas, independente das diferenças, para que a aprendizagem atendessem às necessidades de todos os alunos.

A partir desta pesquisa, pretendemos contribuir para a compreensão das causas geradoras dos conflitos no ensino-aprendizagem da Educação Brasileira e assim, propor meios e soluções para o processo de Inclusão de alunos com necessidades especiais na educação, no município de Alagoa Grande-PB.

Este trabalho está estruturado em três partes. Em um primeiro momento, procuraremos mostrar alguns conceitos sobre o que é Educação Inclusiva, a LDB - que garante uma educação de qualidade a todas as pessoas, inclusive aos portadores de necessidades especiais dentro do ensino regular - e Documentos Internacionais voltados à Educação Inclusiva. Num segundo momento, procuraremos apresentar a caracterização da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro, na qual foi realizada a pesquisa. Na parte final do trabalho, procuraremos discorrer sobre os resultados obtidos após a reflexão teórica e os trabalhos de campo realizados.

1. NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1 O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Alguns autores consideram a educação inclusiva como a forma mais eficiente para legitimar os cidadãos, sejam eles de qualquer etnia, raça, ou possuam qualquer tipo de dificuldade de socialização. A escola, para estes autores, ainda é o melhor meio de garantir a inserção desta parte excluída da população no contexto social. Mader (apud Barbosa, 2006, p.42). Afirma que

Uma sociedade que considera todos os membros como cidadãos legítimos; [...] uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitos as diferenças entre as pessoas como algo normal. (BARBOSA, 2006, P. 42).

Nesse contexto, a inclusão representa uma sociedade com rompimento nos costumes, crenças e atitudes, buscando a garantia de que todos tenham seus direitos assegurados no cotidiano, e possam sentir-se incluídos em sua comunidade.

Como bem nos diz Mantoan, “a inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados”. A inclusão, para ter sucesso, tem que primeiro quebrar com a barreira do preconceito, de ver as pessoas com deficiências como indivíduos incapazes de aprender

e passar a adaptar-se e respeitar as diferenças existentes entre as pessoas como algo normal. Portanto, todos têm seus direitos e deveres a serem valorizados na sociedade.

Os lugares, os espaços, os limites, e as condições pertencem a todas as pessoas, independentemente das condições e dificuldades apresentadas, no entanto, todos devem ter seus direitos respeitados e garantidos na sociedade. Como nos afirma STAINBACK`S e STAINBACK`W,

“Um lugar onde todos fazem parte, onde todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que as necessidades educacionais sejam satisfatórias. E contem com rede de apoio, aprendizagem cooperativa e agrupamentos homogêneos. (STAINBACK`S e S TAINBACK`W, 1990, Apud Barbosa, 2006, p.47)

Sendo assim, a inclusão precisa, primeiramente, que um ajude o outro para que todos sejam contemplados e que o atendimento possa ser satisfatório às necessidades de todos os indivíduos.

Portanto, a escola inclusiva é aquela que se encontra disponível para atender a necessidade de todos os alunos, respeitando cada um deles, com suas diferenças individuais, estimulando a capacidade do educando cada vez mais, querendo e garantindo a sua inserção social.

O Ministério da Educação e Cultura, atualmente, vem tentando implantar nos Estados e Municípios, a ideia de educação para todos. Para tanto, vem investindo de forma massiva no desenvolvimento de programas de formação continuada para os professores, em programas televisivos para convencimentos da população, uma vez que a mídia tem um imenso poder de persuasão. Assim, “procura desenvolver um processo contínuo de melhoria da escola, com o fim de utilizar todos os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos, no seio de uma comunidade local”. (MEC, apud Barbosa 2006, p.47).

Para Mantoan (2006), a inclusão depende muito do ponto de vista que cada pessoa procura entender, ver e reconhecer o próximo. De acordo com a autora, “A inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, assim ter o privilégio de conviver com pessoas diferentes de nós”.

De acordo com autora, a inclusão funciona da maneira de como queremos ver e entender as pessoas, mas para isso é de fundamental importância compartilhar, trocar experiências com o próximo, procurando interagir com diferenças existentes no ego de cada indivíduo.

Segundo Macedo (2000), o maior desafio que as escolas enfrentam é procurar uma maneira de ensino que venha atender a necessidade de todos os alunos, deixando de lado aquele ensino formal (tradicional) e procurando construir uma maneira dinâmica e estimuladora de ajudar a todos que nela ingressarem.

O autor complementa que,

O maior desafio, portanto é o de ajudar as escolas a mudarem de um modelo tradicional excludente, para um modelo democrático inclusivo, uma vez que algumas escolas vêm demonstrando que podem responder positivamente a diversidade do aluno. (MACEDO, 2000, Apud Barbosa, 2006, p.50)

Portanto, acreditamos que a escola deve se tornar um ambiente acolhedor e receptivo a toda classe estudantil, onde todos os participantes da instituição realmente deem sua contribuição para fazerem da escola um espaço de igualdade. Cada pessoa tem suas próprias habilidades, limitações e desempenho, apenas cada ser aprende a seu tempo.

1.2 A LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO 9394\96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB é a lei brasileira mais importante da história no que se refere à educação. Esta lei foi criada para regulamentar e ordenar a educação brasileira. Foi aprovada em 20 de dezembro de 1996 com o número 9394\ 96.

De acordo com a LDB (Lei Nº 9394\96) é direito de todos os cidadãos ser regulamentado no sistema educacional de ensino, seja ele público ou privado.

A lei foi implantada com objetivo de atender as necessidades de todos os alunos no sistema regular de ensino, inclusive dos que apresentam necessidades educacionais especiais.

A LDB (Lei Nº 9394\96) apresenta características básicas e flexibilidades, além de algumas inovações que muito favorecem o aluno portador de necessidades educativas especiais.

De acordo com a LDB, merecem destaque os artigos abaixo, no que se refere a educação especial:

“Art. 58; garantia de matrículas para portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino.”

De acordo com a lei todos os indivíduos têm por direito serem matriculados em escolas públicas, sejam elas portadores de deficiência ou não, estabelecendo, portanto, as igualdades são para todos os indivíduos.

“Art. 58 § 1º criação de serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades da clientela de Educação especial.”

Neste parágrafo, a educação é definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as pessoas, sem exceção. A escola deve ser aberta, democrática e “pluralista” incluindo todas as pessoas com deficiências. O papel da escola é ser acolhedora e mais justa com a minoria que apresenta dificuldades no cotidiano, buscando meios e soluções para resolver essas barreiras. Este parágrafo se refere a necessidade de que haja apoio para os professores se especializarem e continuarem na lutar por uma educação de qualidade.

Como podemos ver o parágrafo ressalta que deve haver apoio especializado para a formação dos docentes no tocante aos alunos “especiais” ,porém, cabe aos professores reivindicar melhoria na formação pedagógica no que se refere a especialização dos professores para atender a alunos que apresentarem dificuldades na aprendizagem.

“Art. 60 [Parágrafo Único] Muito importante também é o compromisso do poder público de ampliar o atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede de ensino.”

Este artigo enfatiza uma luta por uma educação de qualidade para todos, por uma escola pública que satisfaça as necessidades educacionais de todos os indivíduos, contando com o apoio do poder público para pôr em prática o atendimento a esses educandos. Portanto, é de fundamental importância que, não apenas os profissionais da educação façam sua parte, mas é necessário que todos deem sua contribuição. Assim sendo, a educação não é feita para a minoria e sim para todos. Mas o mais importante, para que a educação tenha efeito, é uma parceira com todos os envolvidos no processo educativo, são eles: familiares, escola e principalmente o poder público, deste modo, a educação não funciona só e sim com conjunto de todas as responsabilidades a serem cumpridas.

1.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A luta da sociedade pela Universalização do acesso à escola vem de décadas e a persistência de pautar essa reivindicação como prioridade deve ser garantida.

A educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, assim como a educação em geral, não era preocupação dos governantes, pois todo o foco do interesse era voltado para o ensino fundamental.

O Banco Mundial financiava os países, entre eles o Brasil, e em troca os países se comprometeriam com a oferta de uma educação de qualidade a todas as pessoas, no sistema de ensino regular. Sendo que, na verdade, o Banco não estava nem um pouco preocupado com a educação, na verdade, o Banco queria mesmo era ganhar cada vez mais recursos financeiros, ou seja, sua preocupação era consigo mesmo, com o seu retorno.

1.4 ALGUNS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No decorrer da história foram produzidos vários documentos relacionados à educação Inclusiva, dentre eles destacam-se:

- **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948)**

É um documento marco na história dos direitos humanos. Proclamada em 1948. A mesma reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo.

- **A DECLARAÇÃO DE JONTIEM (1990)**

O Brasil participou de uma Conferência Mundial de Educação Para Todos em JONTIEM na TAILÂNDIA, em março de 1990, na qual assinou, oficialmente, o compromisso de garantir o direito a educação.

Assim, o país deu os seus primeiros passos em busca de uma educação para todos, através de uma política educacional inclusiva, de modo a assegurar a igualdade, oportunidade e a valorização da diversidade no processo educativo.

Após esse momento, o governo firmou parcerias com programas de cooperação internacional e com organizações internacionais de financiamento, especialmente com

patrocinadores da Conferência Mundial sobre Educação para todos: UNESCO, UNICEF, PNDU, e o Banco Mundial.

- A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994)

A Declaração de Salamanca é uma resolução das Nações Unidas que possui tratados, princípios, políticas e práticas em educação especial. Os principais objetivos dessa declaração são:

- ❖ Defender os princípios de inclusão através do reconhecimento da ideia e da prática de uma escola para todos, isto é, de uma escola que inclua todas as pessoas.
- ❖ Como parte integrante da Declaração de Salamanca, constam as linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais, cujo objetivo é orientar organizações e governos em suas práticas, de maneira que acolham todas as pessoas, independente das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou qualquer outras que apresentarem.

- CONVENÇÃO DA GUATEMALA (1999)

A Convenção de Guatemala, 28 de maio de 1999, prevê a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiências e o favorecimento da sua integração na sociedade.

A partir da leitura e da compreensão do que é a educação inclusiva e como ela vem sendo tratada nos acordos internacionais e nas Leis nacionais realizamos algumas reflexões que foram fundamentais para o estudo de caso que realizamos na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro, em Alagoa Grande-PB e que será apresentado a seguir.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INSTITUTO DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO EM ALAGOA GRANDE-PB

Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro que se situa na Rua Francisco Carlos da Silva S/N, Conjunto SEAPH, localizada no município de Alagoa Grande-PB.

Imagem 1 - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro



Foto: Giselda Caetano

Atualmente a escola funciona nos turnos matutino e vespertino, com alunos do Ensino Infantil e Fundamental. Tem como diretor o Sr. Ronaldo Macena da Silva. A escola possui no total de 656 alunos matriculados, onde 355 são do Ensino Fundamental, sendo 161 alunos matriculados no turno da manhã e 140 no turno da tarde. O total de professores que compõem o quadro da escola é de 52. De acordo com informações obtidas na instituição, todos possuem formação com nível superior e mestrado.

A escola dispõe de 20 salas de aulas em boas condições, possui salas de vídeo, biblioteca, sala de estudos e planejamento, sala de professores, sala de supervisão, bebedouros, auditórios, quadra de esportes, almoxarifado e cozinha. Além disso, existem também um campo de futebol, ginásio coberto, cantina, refeitório e secretaria. Os principais recursos didáticos disponíveis são: retroprojetor, vídeo cassete, kits didáticos, computador, TV, Micro system (som), CD ROM, internet, mimeografo, projetor de slides, álbum seriado, jogos educativos, aparelhos de DVD, máquina de xerox, caixa lubrificadas e caixas de som para eventos.

A escola possui o Projeto Político e Pedagógico- PPP, que é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. A mesma possui o PDDE (Mais Educação, Mais Cultura), e o PDE, fonte de renda que é recebida do Governo Federal, Estado e Município e quem gerencia é o próprio Conselho da Escola.

Após as observações notamos que a escola possui um aspecto acolhedor. Possui uma pintura conservada e é toda gradeada, dando assim maior segurança a todos. O fornecimento de água e energia é muito bem estruturado, a escola dificilmente fica sem água e sem energia. Possui sistema de saneamento básico. A água da escola é tratada, vem da CAGEPA.

A escola disponibiliza a merenda escolar a todos os alunos, tanto as crianças como adolescente têm o direito de consumir a alimentação gratuita, por mérito do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Do ponto de vista da inclusão digital, a escola conta com sala de informática em boas condições e com acesso à internet de qualidade. Dispõe de 6 computadores e de 3 notebooks, disponíveis tanto para os professores e funcionários da escola, quanto para que os alunos possam utilizar na hora que precisarem, para realizar trabalhos relacionados a escola.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SALAS REGULARES NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INSTITUTO DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO EM ALAGOA GRANDE-PB

Para adquirirmos informações mais concretas sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais no município de Alagoa Grande-PB, realizamos uma pesquisa envolvendo alguns profissionais da educação do município, dentre eles, os que compõem o quadro de funcionários da Escola Municipal Instituto Desembargador Severino Montenegro, no município de Alagoa Grande-PB, sendo dois professores, um diretor e de dois supervisores, além de alguns pais de crianças portadoras de necessidades especiais.

Para a obtenção da análise dos resultados da pesquisa foram realizados questionários entre professores, supervisores e diretor, sendo eles profissionais da

Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro que responderam a um roteiro de 10 questões referente a Inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas regulares

Segundo os entrevistados o processo de inclusão no município de Alagoa Grande-PB deu início no ano de 2002, através de um pedido de um grupo de pais de crianças portadora da síndrome DOWN. A partir daí, a Secretaria Municipal de Educação começou as primeiras ações nesse sentido.

A Secretaria contou com ajuda técnica da FUNAD-PB, que capacitou duas professoras e as pedagogas para atuarem com os portadores da Síndrome de DAWN. O projeto piloto se iniciou em regime de inclusão parcial. Tratava-se do funcionamento de uma sala especial dentro da escola regular.

No final do ano de 2005 essa turma piloto foi desfeita e esses alunos foram distribuídos nas demais escolas do município no ensino regular.

A princípio houve toda uma rejeição dos pais desses alunos por medo e insegurança de que seus filhos viessem a sofrer algum tipo de preconceito ou discriminação. Mas hoje eles enxergam de maneira positiva. Como podemos observar na fala da entrevistada 1:

Inicialmente houve muitas contestações por partes dos pais, mas atualmente vemos uma mudança na postura desses pais, que o que mais almejam é vê seus filhos progredindo e vencendo suas limitações como qualquer outro indivíduo na escola regular. (julho, 2015)

Diante dessa situação percebe-se que o preconceito ainda é bastante frequente no que refere a inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas regulares. E estes preconceito parte primeiramente dos seus familiares, pois eles acreditam que manter seus filhos isolados da sociedade e a melhor forma de cuidar e a protegê-la.

Em conversa informal com um professor que também é pai de uma jovem de 13 anos, portadoras da Síndrome DAWN, ele falou que trata sua filha naturalmente, enquanto isso, a mãe da menina tenta o máximo possível manter sua filha dentro de casa isolando-a da sociedade. Esse profissional afirma que a inclusão ainda é pouco valorizada pela sociedade.

Todos os entrevistados concordam com a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas salas regulares, uma vez que, perante LDB, todos são iguais. Segundo os entrevistados:

A Educação Inclusiva deve pautar-se em uma educação para todos, garantindo a esses alunos a capacidade de aprender valorizando as

diferenças individuais de cada um em sala de aula, com respaldo na LDB e constituição. (Entrevistada 3).

Porque hoje as leis que regem a educação inclusiva garantem o acesso, sendo assim não há diferenciação na educação oferecida. (Entrevistada 2).

De fato, um dos motivos que incentivou a inclusão dos alunos com necessidades especiais em salas regulares foi a LDB, que estabelece a garantia de uma educação de qualidade a todas as pessoas, inclusive aos portadores de necessidades especiais. Conforme afirma o entrevistado 1: “A questão da própria Lei que despertou o direito a essa oportunidade”.

O trabalho da Educação Inclusiva no município de Alagoa Grande-PB ainda é um processo bastante lento, mais mesmo com todas as dificuldades que as escolas enfrentam na inclusão das pessoas com necessidades especiais nas salas regulares, eles têm dado um grande passo para incluir todos seus alunos, independentes das diferenças apresentadas.

Durante o trabalho de campo, uma das professoras procurada para ser entrevistada negou-se a responder às questões referentes á inclusão de alunos com necessidades especiais, argumentando que não tinha nem um aluno especial em sua sala de aula.

É lamentável quando um professor diz que não consegue responder nada sobre a educação inclusiva. Isso demonstra o despreparo dos professores para enfrentarem este tipo de desafio nas salas regulares. Segundo a entrevistada 4.

Nas turmas que leciono não tenho alunos com necessidades especiais, portanto a pesquisa para mim torna-se inviável, uma vez que a maioria das perguntas é direcionada exclusivamente ao professor com esses alunos em sala de aula. (entrevistada 4).

Na fala dessa profissional percebe-se a insegurança ao falar sobre o assunto, demonstrando o grande desafio que a inclusão representa para os profissionais da educação. Acreditamos que o professor não precisa ter aluno com deficiência para compreender o processo de inclusão. Porque Inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para as pessoas com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercerem sua cidadania. O trabalho da educação inclusiva não é apenas para aluno com deficiência. Como a própria palavra já diz, inclusão significar incluir todos mediante suas diferenças.

Em conversa informal com um profissional da educação sobre o que ele acha da inclusão de alunos especiais no ensino regular, ele relata a seguinte frase:

Eu tenho alunos com necessidades especiais, mas antes de inclui-los eu busco me incluir, mas é porque eu gosto do que faço, eu amo ser professor. (profissional da educação).

Deste modo, para a efetivação da educação inclusiva para todos é necessário, principalmente, respeito e valorização da sociedade e da escola, de forma que todos sintam-se acolhidos e bem recebidos, mediante suas diferenças, sejam elas: culturais, físicas, de gênero, etc.

O desafio dos professores para trabalhar com a educação inclusiva nas salas regulares deve buscar metodologicamente, meio e soluções com objetivo de atender todos seus alunos.

A inclusão das pessoas com necessidades especiais nas salas regulares é um desafio para todos os envolvidos na área educacional, ou seja, para que aconteça uma educação inclusiva de efetiva, todos os profissionais do sistema educacional têm que aprender a aceitar e respeitar as limitações e habilidades desses alunos, procurando passar para eles toda a confiança e responsabilidade necessária.

A formação dos professores tem que ser repensada e analisada de forma que venha atender a necessidades de todos os alunos, inclusive aos alunos com necessidades educacionais especiais. Promovendo a esses alunos uma aprendizagem gratificante.

As escolas brasileiras, em geral, precisam se conscientizar de maneira eficaz sobre ações que tornem reais as possibilidades de dar uma melhor assistência a sua clientela, proporcionando um espaço adequado e de qualidade a todos.

Quando questionamos sobre a infraestrutura das escolas para acolher alunos com necessidades especiais, a maioria dos entrevistados afirmou que, as escolas não possuíam infraestrutura adequada para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais, tanto na sua estrutura física, como por falta de materiais adequados e também por falta de formação dos professores.

A maioria dos entrevistados afirmou que os professores não recebem formação específica para trabalhar com esses alunos e muitas das vezes esses professores, por conta própria, se deslocam da cidade local para buscar formação em municípios vizinhos, para que possam qualificar sua formação e que possam contribuir da melhor forma possível para dar assistência necessária a seus alunos.

De acordo com os entrevistados já é um grande avanço a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas salas regulares, porque o fato de eles estarem incluídos nas salas regulares, com os demais colegas, já é um ponto positivo. .

A maioria dos entrevistados apontou que o que motivou a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas salas regulares foi a política inclusiva na área educacional, que garantiu uma educação que respeite e valorize as diferenças vivenciadas por cada indivíduo, sejam elas, crianças, jovens ou adultas.

Segundo a maioria dos entrevistados, com relação aos alunos com necessidades especiais nas salas regulares, a inclusão desses alunos se apresenta como um grande desafio para todos profissionais da educação, mas por outro lado eles perceberam que a educação inclusiva é capaz de serem desenvolvidos, apesar das dificuldades, os professores enxergam que os alunos com necessidades especiais podem desenvolver suas habilidades e superar as práticas discriminatórias e de exclusão existentes no cotidiano.

A respeito dos principais anseios da escola com relação ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais, os entrevistados apontam a ausência de investimentos do governo para a garantia das propostas de inclusão.

Uma contradição identificada foi que, em conversa informal com algumas mães de alunos com necessidades especiais que foram incluídos nas salas regulares, as mesmas confessam que sentem seus filhos menos protegidos, e consideram que eles estão mais introspectivos, que eles demonstram menos interesses do que quando eles conviviam em salas especiais. Segundo elas, nas salas especiais, seus filhos tinham mais rendimento tanto pelo lado da convivência como da aprendizagem.

Para que a inclusão desses alunos se realize tranquilamente nas salas regulares são necessárias algumas modificações nas escolas, tais como: profissionais qualificados, acessibilidade, reestruturação físicas, como retiradas de barreiras, alargamento de portas e construção de rampas, dentre outras coisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar como a inclusão de alunos com necessidades especiais está sendo realizada nas salas regulares no município de Alagoa Grande, PB. Através da pesquisa teórica e da pesquisa prática realizada entre os profissionais da educação da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro e alguns pais de alunos, analisamos que a inserção das crianças com necessidades especiais nas salas regulares é um desafio para as escolas que trabalham com a educação inclusiva.

A grande polêmica das escolas públicas, referente à educação inclusiva no ensino regular, é a falta de capacitação de professores especializados e a criação de espaços acessíveis a estes alunos. E a inclusão só será concretizada se algumas ações se tornarem reais, tais como: formação específica para o professor, estruturação física das escolas; aquisição de equipamentos e materiais específicos e formação de uma equipe multidisciplinar para acompanhar os especiais.

A legislação Brasileira determina a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares, o MEC, por sua vez, defende que a educação, seja gradativa para todos os indivíduos.

Incluir alunos com necessidade especiais exige bem mais que o cumprimento de determinações legais. A lei é necessária, assim como é necessária a garantia do cumprimento desta lei.

Para trabalhar com alunos especiais, seriam necessárias várias modificações nas escolas, a exemplo de: reestruturação física com construção de rampas; alargamento de portas; retiradas de barreiras arquitetônicas; aquisição de materiais e equipamentos adequados a cada especialidade e formação de equipamentos multidisciplinares disponíveis para as escolas com a presença de psicólogos; fonoaudiólogo; assistentes sociais; entres outros:

A inclusão, para ter sucesso, tem que primeiro quebrar com a barreira do preconceito, de ver as pessoas com deficiência como individuo incapazes de aprender e adaptar-se e respeitar as diferenças existentes entre as pessoas naturalmente. Portanto, todos têm seus direitos e deveres a serem valorizados na sociedade.

Aguardamos a partir da pesquisa em desenvolvimento, contribuir para a compreensão das causas geradoras dos conflitos no ensino-aprendizagem da Educação

Brasileira em relação ao processo de Inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas regulares, no município de Alagoa Grande.

REFERÊNCIA

BARBOSA, Vera Lúcia de Brito: **Por uma pedagogia inclusiva**\ Vera Lúcia de Brito Barbosa. João Pessoa: Editora, 2006. 172 p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História. Fundamentos e métodos**\ Circe Maria Fernandes Bittencourt. São Paulo: Cortez, 2004_ coleção docência em formação. Série ensino Fundamental\ coordenação. Antônio (Joaquim Severino; Selma Garrido Pimenta).

FREIRE, Paulo. **Não há docência sem discência. In: Pedagogia da Autonomia: Saberes necessária a pratica educativa.** 34 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Ministério da educação. Secretaria da Educação fundamental. 3 Ed. Brasília: A secretaria, 2001.

Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/eja/>> em 18 / 06 / 2012.

FREIRE, Paulo. (Pedagogia de autonomia): **Saberes necessários de praticas educativo.**

GOBBATO, Gilberto Gênova. **Transferência: amor ao saber.** *Ágora (Rio J.)*, Jun 2001, vol.4, no.1, p.103-114. ISSN 1516-1498.

LO BIANCO, Anna Carolina. **O saber inconsciente e o saber que se sabe nos dias de hoje.** *Ágora (Rio J.)*, Dez 2010, vol.13, no.2, p.165-173. ISSN 1516-1498.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: Pontos e Contrapontos**\ Maria teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/** Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. -3.ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

PASSINI, Elza Yasuko, **Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Rossevelt José; COSTA, Cláudia Lúcia da; KINN, Marli Graniel. Ensino de geografia e novas linguagens. In: BUITONI, Santiago. **Geografia: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

STIVA, maria Abádia da cad cedes, campinas.u.23,n, 61, p. 283-301, dezembro 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

ANEXO



ANEXO A

Questionário para contribuição na pesquisa A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS DIAS ATUAIS NAS SALAS REGULARES.

Professores:

1 As escolas do município de Alagoa Grande têm estrutura para acolher alunos com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

Justifique: _____

2 A Inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares tem sido positiva ou negativa?

() Positiva () Negativa

Justifique: _____

3 Em 2005 os alunos com necessidades especiais foram incluídos nas turmas regulares, esta prática ainda permanece nos dias atuais?

() Sim () Não

4 Os pais desses alunos foram a favor ou contra a dissolução da turma piloto e a inclusão desses alunos nas escolas regulares?

() A favor () contra

Comente: _____

5 Você concorda com a inclusão desses alunos nas salas regulares?

() Sim () Não

Justifique: _____

6. Os professores recebem formação específica para trabalhar com esses alunos?

() Sim () Não

Se sim, quem é o grupo que desenvolve este trabalho de formação?

7. O que motivou a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em salas regulares?

8. Qual a sua opinião com relação à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em salas regulares?

9. Quais os principais anseios da escola com relação ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais?

10. Como foi feita a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

11. Que orientações os professores receberam para trabalhar com esses alunos?

12. Quais as principais dificuldades que os professores têm ao trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

13. Os alunos com necessidades educacionais especiais possuem alguma forma de avaliação diferenciada?

14. Como você avalia o rendimento dos alunos com necessidades especiais durante às aulas de geografia:

15. O município dispõem algum tipo de recursos específicos para trabalhar com os alunos portadores de necessidades especiais?

() Sim

() Não

Quais:

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1. Como você trabalha a Geografia com os alunos portadores de necessidades especiais? _____

2. Existe alguma estratégia metodológica para trabalhar a Geografia com esses alunos? _____

3. Quais as principais dificuldades que você sentiu para trabalhar os conteúdos de Geografia com esses alunos? _____

4. Na sua opinião, qual a importância de se trabalhar a Geografia com esses Alunos? _____

ANEXO B

Questionário para contribuição na pesquisa A IMPORTANCIA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS DIAS ATUAIS NAS REGULARES

Direção da escola e supervisores

1 As escolas do município de Alagoa Grande têm estrutura para acolher alunos com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

Justifique: _____

2 A Inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares tem sido positiva ou negativa?

() Positiva () Negativa

Justifique: _____

3 Em 2005 os alunos com necessidades especiais foram incluídos nas turmas regulares, esta prática ainda permanece nos dias atuais?

() Sim () Não

4 Os pais desses alunos foram a favor ou contra a dissolução da turma piloto e a inclusão desses alunos nas escolas regulares?

() A favor () contra

Comente: _____

5 Você concorda com a inclusão desses alunos nas salas regulares?

() Sim () Não

Justifique: _____

6. Os professores recebem formação específica para trabalhar com esses alunos?

() Sim () Não

Se sim, quem é o grupo que desenvolve este trabalho de formação?

7. O que motivou a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em salas regulares? _____

8. Qual a sua opinião com relação à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em salas regulares? _____

9. Quais os principais anseios da escola com relação ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais?
